

RELATÓRIO DE GESTÃO

PRESTAÇÃO DE CONTAS

Nome da Unidade Jurisdicionada (UJ): BAHIA PESCA S/A

Natureza jurídica: Estatal Dependente

Exercício da Prestação de Contas: 2024

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	3
LISTA DE TABELAS.....	4
LISTA DE QUADROS.....	5
LISTA DE GRÁFICOS.....	6
1 IDENTIFICAÇÃO E INFORMAÇÕES DA UNIDADE JURISDICIONADA (UJ)	7
1.1 Identificação.....	7
1.2 Informações do(s) dirigente(s) máximo(s).....	7
1.3 Informações gerais.....	7
2 POLÍTICAS PÚBLICAS SOB A RESPONSABILIDADE DA UJ.....	10
2.1 Implementação.....	10
3 ÁREA ADMINISTRATIVA.....	26
3.1 Procedimentos formais da UJ.....	26
3.2 Área patrimonial.....	32
4 ÁREA DE PESSOAL.....	34
4.1 Análise da gestão de pessoal.....	34
5 CONTROLE INTERNO.....	37
6 CONTROLE EXTERNO.....	39

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

TCE/BA Tribunal de Contas do Estado da Bahia

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	Descentralizações concedidas.....	23
TABELA 2	Realização da receita.....	24
TABELA 3	Licitações, dispensas e inexigibilidades.....	26
TABELA 4	Contratos firmados no exercício.....	27
TABELA 5	Contratos de gestão firmados no exercício.....	27
TABELA 6	Contratos vigentes firmados em exercícios anteriores.....	27
TABELA 7	Contratos de gestão vigentes firmados em exercícios anteriores.....	27
TABELA 8	Convênios de captação	27
TABELA 9	Convênios de repasse.....	28
TABELA 10	Acordos de cooperação, termos de fomento e termos de colaboração.....	29
TABELA 11	Movimentação dos bens de consumo e permanentes.....	32
TABELA 12	Movimentação quantitativa do patrimônio imobiliário	32
TABELA 13	Lotação Numérica prevista em Normativo.....	34
TABELA 14	Pessoal por natureza da vinculação.....	34
TABELA 15	Cargos comissionados.....	34
TABELA 16-A	Evolução da despesa de pessoal sem encargos sociais.....	35
TABELA 16-B	Evolução da despesa de pessoal sem encargos sociais.....	35
TABELA 17	Detalhamento da remuneração dos diretores.....	35

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	Legislação relacionada à UJ.....	7
QUADRO 2	Unidades estratégicas da estrutura organizacional.....	9
QUADRO 3	Programa(s) de Governo, respectivo(s) Compromisso(s) e política(s) pública(s) relacionada(s).....	10
QUADRO 4	Evolução anual dos indicadores de programa.....	12
QUADRO 5	Evolução dos indicadores de compromissos/programa sob a responsabilidade da UJ	14
QUADRO 6	Demonstrativo da execução orçamentária, financeira e física das ações orçamentárias prioritárias/compromisso/programa e das ações orçamentárias não prioritárias consideradas relevantes pela UJ.....	19-22
QUADRO 7	Tomadas de contas de contratos de gestão.....	27
QUADRO 8	Tomadas de contas de convênios de repasse.....	28
QUADRO 9	Tomadas de contas de acordos de cooperação, termos de fomento e termos de colaboração.....	29
QUADRO 10	Sindicâncias e processos administrativos disciplinares.....	30-31
QUADRO 11	Resumo do Relatório da Comissão de Inventário de bens de consumo.....	32
QUADRO 12	Resumo do Relatório da Comissão de Inventário de bens permanentes.....	32
QUADRO 13	Movimentação de pessoal no exercício.....	36
QUADRO 14	Trabalhos de auditoria realizados no exercício pelo controle interno da UJ.....	38
QUADRO 15	Determinações/recomendações do TCE/BA.....	39-41
QUADRO 16	Recomendações dos demais órgãos de controle	42

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1

GRÁFICO 2

GRÁFICO 3

GRÁFICO ...

1 IDENTIFICAÇÃO E INFORMAÇÕES DA UNIDADE JURISDICIONADA (UJ)

1.1 IDENTIFICAÇÃO

Nome/Sigla: Bahia Pesca S/A

Poder: Executivo

CNPJ: 13.187.745/0001-53

Órgão de Vinculação: SEAGRI

1.2 INFORMAÇÕES DO(S) DIRIGENTE(S) MÁXIMO(S)

Nome: Daniel Benício dos Santos Meirelles Victória

Período de gestão: de 03/03/2023 a atual

1.3 INFORMAÇÕES GERAIS

1.3.1 Objetivo/finalidade e legislação

A Bahia Pesca tem por objetivo promover, executar e fomentar a política do desenvolvimento no setor pesqueiro aquícola no âmbito do Estado da Bahia; fortalecer a cadeia produtiva dos pescados cultivados ou oriundos da pesca extrativista; promover a reestruturação e modernização dos Terminais Pesqueiros Públicos; produzir alevinos de espécies nativas e exóticas, visando à realização de peixamentos de aguadas baianas, além dos povoamentos das pisciculturas do Estado; prestar assistência técnica e extensão rural aos pescadores e aquicultores do Estado; fomentar a aquicultura e a pesca, mediante a implantação de projetos sustentáveis, observando a natureza econômica, social, ambiental e cultural, como forma de contribuir para o desenvolvimento do Estado da Bahia.

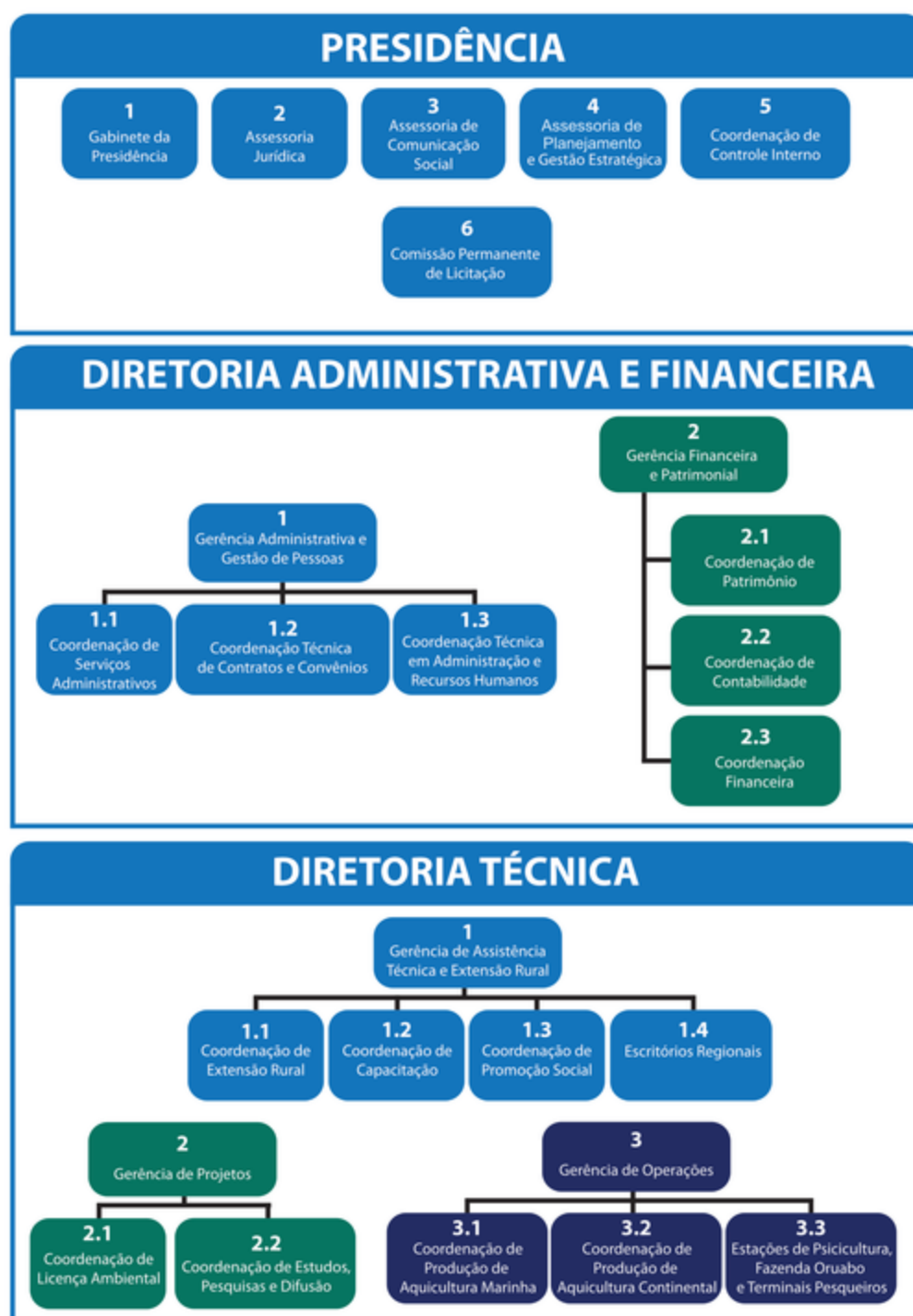
QUADRO 1 – Legislação relacionada à UJ

Número	Descrição
6404/76	Lei das Sociedades Anônimas
4320/64	Normas Gerais de Direito Financeiro
9433/05	Lei de Licitações e Contratos Administrativos –Estado da Bahia
12372/11	Institui a Política Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural -ATER
13019/14	Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil
13303/16	Dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Fonte: Assessoria Jurídica

1.3.2 Estrutura organizacional – Organograma funcional

1.3.2.1 Organograma funcional



1.3.2.2 Unidades estratégicas

QUADRO 2 – Unidades estratégicas da estrutura organizacional

Nome da unidade	Finalidades	Competências
Gabinete da Presidência	Presta assistência ao Diretor Presidente no desempenho das atividades da empresa.	Acompanhar a gestão das atividades técnicas e administrativas, bem como a execução dos projetos em desenvolvimento; Coordenar e encaminhar o expediente e a representação social e política da Instituição; Coordenar o fluxo de informações e as relações públicas de interesse da Instituição; Ampliar e manter canais de comunicação entre a Bahia Pesca e a sociedade civil.
Assessoria de Planejamento e Gestão Estratégica	Promove ações integradas e otimizadas de gestão organizacional voltadas à promoção do desempenho organizacional e o fortalecimento dos resultados institucionais.	Suporte técnico na formulação das diretrizes e na definição e viabilização das ações prioritárias da empresa; Coordenar a formulação dos PPAs; Coordenar o processo de sistematização das informações e elaboração de relatórios anuais de gestão; Coordenar e avaliar os planos, programas e projetos institucionais; Coordenar as ações referentes ao desenvolvimento estratégico e organizacional.
Gerência de Assistência Técnica e Extensão Rural	Gerenciar o acompanhamento das atividades e a produção desenvolvida pelos Escritórios Regionais.	Prestar assistência técnica e extensão rural para pescadores e aquicultores; Operacionalizar os sistema de monitoramento de prestação de serviços de ATER; Levantar as necessidades de treinamento e formação de mão de obra especializada em pesca, aquicultura e corpo técnico da Companhia; Promover meios para melhoria das condições de trabalho e renda do pescador artesanal e do aquicultor familiar; Promover ações para o funcionamento do Centro Vocacional Tecnológico do Pescado – CVTT.
Gerência de Projetos	Coordenar Estudos, Pesquisas e Difusão.	Promover o aprimoramento tecnológico da produção do pescado; Aperfeiçoar o conhecimentos dos organismos aquáticos marinhos e continentais; Pesquisar e aprimorar novas técnicas de manejo em pesca e aquicultura; Gerir o acervo técnico-científico da Companhia.
Gerência de Operações	Gerenciar o acompanhamento das atividades e a produção desenvolvida pelas Estações de Piscicultura, Fazenda Oruabo e Terminais Pesqueiros.	Produzir formas jovens de espécie marinha cultiváveis pela empresa; Coordenar e planejar as atividades dos terminais pesqueiros; Produzir plantéis de matrizes e reprodutores.
Assessoria de Comunicação Social	Planejamento e implementação das atividades de comunicação social da empresa.	Organizar exposições, feiras e eventos pertinentes às finalidades da empresa.

Fonte: Regimento Interno da Bahia Pesca S/A

2 POLÍTICAS PÚBLICAS SOB A RESPONSABILIDADE DA UJ

2.1 Implementação

2.1.1 Instrumentos de Planejamento e Orçamento (PPA, LDO, LOA)

2.1.1.1 Contextualização das Políticas Públicas sob a responsabilidade da UJ contempladas no PPA

A política pública de desenvolvimento rural, representada pelo Programa 417 – *Desenvolvimento Sustentável da Agropecuária*, integra as diretrizes estratégicas do Estado da Bahia voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar, da pesca e da aquicultura. A Unidade Jurisdicionada Bahia Pesca, vinculada à Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária (SEAGRI), é um dos principais órgãos responsáveis pela execução de ações no âmbito deste programa, especialmente no tocante ao desenvolvimento da pesca artesanal e da aquicultura sustentável.

Ao se analisar a aderência do plano estadual dessa política pública aos instrumentos de planejamento e orçamento – especialmente o Plano Plurianual (PPA 2024–2027), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) – verifica-se uma consonância significativa entre as metas propostas e as ações executadas.

O PPA estabelece, entre seus objetivos estratégicos, a promoção do desenvolvimento rural sustentável com inclusão produtiva e segurança alimentar. Nesse contexto, o papel da Bahia Pesca é central para operacionalizar programas de fomento à pesca e à aquicultura, promoção de assistência técnica, qualificação profissional e incentivo à comercialização da produção pesqueira. Esses eixos de atuação estão devidamente refletidos nos planos operacionais da UJ, evidenciando aderência entre o planejamento estratégico estadual e a execução orçamentária.

A LDO, por sua vez, orienta a elaboração da LOA com base nas prioridades do PPA. As ações orçamentárias previstas para a Bahia Pesca têm mantido alinhamento com essas diretrizes, com dotações específicas voltadas à melhoria da infraestrutura aquícola, apoio a cooperativas e colônias de pescadores, e programas de capacitação. Tais ações reforçam o compromisso com a transversalidade da política pública, especialmente em territórios de identidade com baixo IDH, em consonância com os princípios da equidade e do desenvolvimento territorial sustentável.

No que tange à LOA, os recursos alocados para a Bahia Pesca ao longo dos exercícios financeiros têm demonstrado consistência com os objetivos do Programa 417, embora haja desafios quanto à execução financeira em determinados projetos, o que merece atenção na análise de eficiência da gestão pública. Ainda assim, a correspondência entre os valores previstos e as ações efetivamente implementadas é indicativo de comprometimento com a realização das metas pactuadas.

Em síntese, a atuação da Bahia Pesca no âmbito do Programa 417 apresenta significativa aderência aos instrumentos de planejamento e orçamento estadual, refletindo coerência entre o planejamento estratégico, a alocação de recursos e a execução de ações voltadas ao fortalecimento da pesca e da aquicultura como vetores de desenvolvimento rural sustentável na Bahia.

QUADRO 3 – Programa(s) de Governo, respectivo(s) Compromisso(s) e política(s) pública(s) relacionada(s)

Programa de Governo	Compromissos	Política Pública relacionada***
417 - Campo Sustentável: Cultivando a Vida e o Futuro	03 - Promover ações de inclusão produtiva para produtores de médio e pequeno porte	Desenvolvimento Rural

***Correlacionar todas as políticas públicas sob a responsabilidade da UJ, incluindo as não instituídas por Lei ou outro Instrumento Legal.

2.1.1.2 Avaliação dos resultados dos indicadores de programa

Não há indicadores de programa.

QUADRO 4 – Evolução anual dos indicadores de programa

Programa / Indicador ⁽¹⁾	Política Pública correlacionada	Unidade de medida	Índice de referência	Ano de referência	Aferido				Índice esperado quadriênio (PPA 2024-2027)
					1º ano (2024)	2º ano (2025)	3º ano (2026)	4º ano (2027)	
Programa 1									
Indicador (n)									
Programa 2									
Indicador 1									
Indicador 2									
Indicador (n)									
Programa (n)									
Indicador 1									
Indicador 2									
Indicador (n)									

Notas:
⁽¹⁾ Indicadores publicados no Plano Plurianual (PPA).

2.1.1.3 Avaliação dos resultados dos compromissos sob a responsabilidade da UJ

2.1.1.3.1 Evolução dos Indicadores de Compromisso

A Unidade Jurisdicionada (UJ) Bahia Pesca, no âmbito do Programa 417 – *Desenvolvimento Sustentável da Agropecuária*, tem desempenhado um papel estratégico na promoção da pesca e aquicultura sustentável na Bahia. Um dos principais indicadores de desempenho associado à sua atuação é o número de pescadores e aquicultores assistidos por meio de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER).

No exercício de 2024, a Bahia Pesca já alcançou o atendimento de 10.000 pescadores e aquicultores com ações de ATER. Este número representa um avanço significativo no primeiro ano do ciclo do Plano Plurianual 2024–2027, correspondendo a aproximadamente **15,75% da meta global estabelecida para o quadriênio**, que é de 63.483 beneficiários.

Essa evolução inicial sinaliza um ritmo de execução satisfatório e uma tendência positiva no cumprimento das metas pactuadas para o período. A atuação da Bahia Pesca tem priorizado regiões estratégicas do estado, especialmente aquelas com maior densidade de comunidades pesqueiras tradicionais e com maior vulnerabilidade socioeconômica, garantindo o acesso a serviços de ATER de qualidade, com foco na sustentabilidade ambiental, aumento da produtividade e melhoria da qualidade de vida das famílias envolvidas.

Além disso, a expansão do atendimento técnico está alinhada com as diretrizes do Plano Plurianual (PPA 2024–2027), que enfatiza o fortalecimento da agricultura familiar, o uso sustentável dos recursos naturais e a valorização dos saberes tradicionais. A execução orçamentária e a aplicação dos recursos programados têm sido compatíveis com esses objetivos, reforçando a efetividade das políticas públicas implementadas.

O desempenho observado também reflete a capacidade institucional da Bahia Pesca de planejar e executar ações com foco em resultados, além de demonstrar um compromisso com o aperfeiçoamento contínuo dos serviços prestados, especialmente no que se refere à inclusão produtiva e ao desenvolvimento territorial sustentável.

Com base no atual ritmo de execução e nas estratégias de atuação previstas, estima-se que a meta quadrienal possa ser alcançada ou até mesmo superada, caso sejam mantidas as condições operacionais, o suporte orçamentário e o engajamento das comunidades atendidas.

Outro indicador relevante é o **percentual de execução das fases do projeto de implantação da Instituição de Ciência e Tecnologia (ICT)** no âmbito da Bahia Pesca. Para o ano de 2024, estava prevista a execução de 20% das fases do projeto, e foi alcançado 21%, superando ligeiramente a meta estabelecida. No entanto, cabe destacar que, a partir de uma análise estratégica interna, foi identificada a possibilidade de **otimização de recursos por meio da articulação com a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI)**.

Essa decisão, fundamentada em três pilares – **eficiência orçamentária, rapidez na implementação de ações e integração institucional** – permitiu à Bahia Pesca evitar os elevados custos e o tempo demandado pela criação de uma nova estrutura, optando por fortalecer a colaboração com a SEI, que já detém expertise consolidada na área de ciência, tecnologia e dados socioeconômicos. Com isso, os estudos estratégicos e projetos voltados ao setor aquícola puderam ser iniciados de forma mais célere, sem comprometer a entrega dos resultados esperados para o setor produtivo e para a sociedade.

QUADRO 5 – Evolução dos indicadores de compromissos/programa sob a responsabilidade da UJ, *conforme Relatório M&A 102/Fiplan*

Programa 1					
<i>417 - Campo Sustentável: Cultivando a Vida e o Futuro</i>					
Compromisso 1					
<i>03 - Promover ações de inclusão produtiva para produtores de médio e pequeno porte</i>					
Indicador de Compromisso 1					
<i>Número de pescadores e aquicultores assistidos com ATER</i>					
Política Pública relacionada ao Indicador de Compromisso acima					
<i>Desenvolvimento Rural</i>					
Meta PPA (2024-2027) original	Meta PPA (2024-2027) revisado em 2024	Meta PPA (2024-2027) revisado em 2025	Meta PPA (2024-2027) revisado em 2026	Meta PPA (2024-2027) revisado em 2027	

63.483		novo valor, se revisado em 2024		novo valor, se revisado em 2025		novo valor, se revisado em 2026		novo valor, se revisado em 2027		
Regionalização ⁽¹⁾	Unidade de medida	Meta 1º ano (2024)		Meta 2º ano (2025)		Meta 3º ano (2026)		Meta 4º ano (2027)		PPA (2024-2027)
		Planejado ⁽²⁾	Apurado	Planejado ⁽²⁾	Apurado	Planejado ⁽²⁾	Apurado	Planejado ⁽²⁾	Apurado	Apurado no quadriênio
9900 - Estado	Um	10.000	11.646	35.000	0	45.000	0	63.483	0	11.646
Indicador de Compromisso 2										
Percentual de execução das fases do projeto de implantação da Instituição de Ciências e Tecnologia-ICT na Bahiapesca										
Política Pública relacionada ao Indicador de Compromisso acima										
Desenvolvimento Rural										
Meta PPA (2024-2027) original		Meta PPA (2024-2027) revisado em 2024		Meta PPA (2024-2027) revisado em 2025		Meta PPA (2024-2027) revisado em 2026		Meta PPA (2024-2027) revisado em 2027		
100%		novo valor, se revisado em 2024		novo valor, se revisado em 2025		novo valor, se revisado em 2026		novo valor, se revisado em 2027		
Regionalização ⁽¹⁾	Unidade de medida	Meta 1º ano (2024)		Meta 2º ano (2025)		Meta 3º ano (2026)		Meta 4º ano (2027)		PPA (2024-2027)
		Planejado ⁽²⁾	Apurado	Planejado ⁽²⁾	Apurado	Planejado ⁽²⁾	Apurado	Planejado ⁽²⁾	Apurado	Apurado no quadriênio
9900 - Estado	%	20	21	55	0	75	0	100	0	21
Programa 2										

Fonte:

Notas:

⁽¹⁾ A regionalização corresponde à área de abrangência das metas dos indicadores de compromissos (Território de Identidade).

⁽²⁾ As informações anuais relativas à previsão das metas dos indicadores de compromissos são aquelas estabelecidas gerencialmente pela UJ e apresentadas no FIPLAN (Referência: Relatório M&A 102).

2.1.1.3.2 Execução orçamentária, financeira e física das ações orçamentárias prioritárias/compromisso/programa

Não há ações classificadas, no Fiplan, como prioritárias, porém destacam-se duas ações orçamentárias não prioritárias consideradas relevantes pela UJ.

No exercício de 2024, a Unidade Jurisdicionada Bahia Pesca alcançou desempenho altamente satisfatório na execução da ação orçamentária não prioritária de Assistência Técnica a Aquicultores e Pescadores, integrada ao Programa 417 – *Desenvolvimento Sustentável da Agropecuária*. A ação teve como meta física a prestação de assistência a 894 beneficiários, quantitativo plenamente executado no período, atingindo 100% de cumprimento da meta física prevista.

Do ponto de vista orçamentário e financeiro, os resultados também demonstram alta eficiência na gestão dos recursos. Dos R\$ 2.021.282,00 previstos no orçamento atualizado, foram empenhados R\$ 1.932.325,14, o que corresponde a 95,61% da dotação disponível. O valor efetivamente pago foi de R\$ 1.896.457,10, o que representa 93,83% da execução orçamentária, evidenciando boa liquidez e capacidade de desembolso dentro do exercício.

A compatibilidade entre a execução física e a execução orçamentária e financeira é um indicativo direto da qualidade do planejamento e da efetividade na operacionalização da política pública, uma vez que os recursos destinados foram aplicados de **forma coerente com os objetivos definidos e resultaram na entrega integral das metas pactuadas**.

Em 2024, a ação orçamentária de Capacitação de Trabalhadores da Pesca e Piscicultura, executada pela Unidade Jurisdicionada Bahia Pesca, apresentou desempenho acima do previsto no que se refere à execução física, e eficiente sob os aspectos orçamentário e financeiro.

A meta física inicial previa a realização de 8 capacitações ao longo do exercício. Contudo, foram efetivamente realizadas 10 capacitações, o que representa 125% de cumprimento da meta. Esse resultado demonstra não apenas o bom desempenho operacional da UJ, como também a capacidade de ampliar o alcance das ações sem comprometer a gestão orçamentária.

Do ponto de vista financeiro, a ação contou com um orçamento programado de R\$ 300.000,00. Desse montante, R\$ 272.000,00 foram pagos, o que representa uma execução orçamentária de 90,67%. Essa taxa é considerada positiva, especialmente considerando a superação da meta física, demonstrando eficiência no uso dos recursos públicos.

A compatibilidade entre a execução financeira e a entrega física ampliada é um indicativo de boa gestão e otimização de custos por parte da Bahia Pesca, que conseguiu expandir o impacto da política pública sem extrapolar os limites orçamentários previstos. A ação contribui diretamente para a qualificação da mão de obra no setor pesqueiro e aquícola, fortalecendo a sustentabilidade da atividade e promovendo inclusão produtiva em comunidades tradicionalmente vulneráveis.

Apesar de não estarem classificadas como ações prioritárias de governo, cumpre destacar a importância, no cenário estadual, das ações de assistência técnica a pescadores/aquicultores, assim como a capacitação de trabalhadores da pesca e aquicultura, pelos fatos a seguir:

A BAHIA PESCA, em parceria com a SPM - Secretaria de Políticas para Mulheres, idealizou o projeto ELAS À FRENTE DA PESCA. A iniciativa nasceu a partir de estudos e levantamentos de dados que revelaram sérios problemas sociais e econômicos enfrentados pelas mulheres trabalhadoras da pesca em todo o estado da Bahia. Esses estudos identificaram que a falta de qualificação profissional e conhecimento técnico no ambiente de trabalho, especialmente entre as pescadoras de baixa renda, era um dos principais fatores que contribuíam para essas dificuldades. Essa situação, que se perpetua há anos, representava um grande desafio para os administradores públicos, comprometendo a capacidade dessas mulheres de melhorar suas condições de vida e alcançar inserção no mercado de trabalho. O projeto foi concebido como um instrumento estratégico para enfrentar esses problemas, promovendo a transferência de conhecimentos técnicos e práticos que pudessem ser aplicados nas atividades das pescadoras em suas comunidades. O objetivo central é agregar valor aos seus produtos, ampliando suas oportunidades e fortalecendo suas condições socioeconômicas. O projeto ELAS À FRENTE DA PESCA, que continua em andamento, é uma iniciativa singular no atual governo, com o potencial de enfrentar os desafios da insegurança social vivenciada pelas mulheres pescadoras. As ações do projeto estão fundamentadas na inovação tecnológica dos processos produtivos, considerando as habilidades individuais e coletivas das comunidades impactadas. Além disso, o projeto valoriza a vocação dos territórios e o potencial local, promovendo o desenvolvimento regional e gerando impactos positivos na vida das mulheres e das comunidades envolvidas. Grande parte das ações foi realizada no Centro Vocacional Territorial Tecnológico (CVTT) do Pescado, localizado na Fazenda Oruabo, em Santo Amaro, no distrito de Acupe, a 90 quilômetros de Salvador. O CVTT oferece uma infraestrutura moderna e apropriada, incluindo laboratórios, salas de aula, auditório, biblioteca, incubadoras, sistemas de videoconferência, refeitório, dormitórios, internet com Wi-Fi, ambientes climatizados, e outros recursos essenciais para atender às demandas do projeto.

Os cursos foram executados com foco em abordagens práticas e teóricas, levando em conta a transmissão de conhecimentos técnicos e científicos relevantes às necessidades dos pescadores e pescadoras da região. A metodologia aplicada seguiu os princípios de Paulo Freire, incentivando a troca de experiências e a conexão dos conceitos com a realidade dos pescadores. Essa abordagem dialógica estimulou a participação ativa e a construção coletiva do conhecimento.

No âmbito da assistência técnica, em 2024 a Bahia Pesca trabalhou com 1 Edital de ATER, com 3 empresas operacionalizando as ações através de 3 contratos: - Contrato Nº 02/2022 Associação Humana Povo para Povo Brasil; - Contrato Nº 03/2022 Cooperativa de Trabalho e Serviço-CTS; - Contrato Nº 04/2022 Cooperativa de Trabalho, Consultoria, Pesquisa e Serviços de Apoio ao Desenvolvimento Rural Sustentável-COOPESEER. A atuação da Assistência Técnica da Bahia Pesca, com esses contratos, ocorre em 06 Territórios de Identidade, sendo esses; Baixo Sul, Bacia do Rio Grande, Bacia do Rio Corrente, Chapada Diamantina, Piemonte do Paraguaçu e Itaparica. Atendendo a 25 municípios: Glória, Paulo Afonso, Rodelas, Abaré, Chorrochó, Igrapiúna, Taperoá, Cairu, Gandu, Ituberá, Nilo Peçanha, Valença, Camamu, Boa Vista do Tupim, Piritiba, Ruy Barbosa, Iaçú, Ibicoara, Marcionílio Souza, Utinga, Wagner, Andaraí, Lençóis, Itaetê e Nova

Redenção. Neste período foram entregues 12 relatórios de execução, executadas 10 atividades previstas nos editais, beneficiando diretamente 894 pescadores artesanais e aquicultores familiares. O quadro a seguir apresenta os principais indicadores de esforços realizados no ano 2024.

A ATER da Bahia Pesca, realizou a emissão de 1.013 Cadastros Nacionais da Agricultura Familiar (CAF). Esta é a única ferramenta do agricultor familiar para o acesso às ações, programas e políticas públicas voltadas para a geração de renda e o fortalecimento da agricultura familiar. O instrumento é utilizado para identificar e qualificar as Unidades Familiares de Produção Agrária (UFPA) da agricultura familiar, os Empreendimentos Familiares Rurais e as formas associativas de organização da agricultura familiar. Os cadastros foram realizados nos territórios: Sertão do São Francisco, Velho Chico, Metropolitano de Salvador, Recôncavo, Irecê, Sisal.

Não poderíamos deixar de destacar a relevância do Projeto Fênix piscicultura - um projeto-piloto como instrumento para ressocialização, que foi implantado como uma unidade demonstrativa de piscicultura integrada à produção de horta e suinocultura com circulação de água e nutrientes em sistema aberto, numa área de 1.680 m² (dimensões de 60 m x 28 m), no Complexo Penitenciário de Feira de Santana (Imagem 01), com o objetivo de propiciar ao público mais uma atividade de capacitação de mão de obra e uma atividade laboral. O projeto foi integrado e realizado no formato de revezamento dos internos nas áreas de piscicultura (40 internos), horta e suinocultura, onde todos terão a qualificação da mão de obra nestas áreas. O Projeto Fênix foi inaugurado no dia 19 de julho de 2024, no Conjunto Penal de Feira de Santana, com três tanques de piscicultura de 50 mil litros instalados, integrados à produção de hortaliças e suinocultura já existentes no local, em um sistema com aeração para oxigenar a água e filtragem mecânica e biológica individual. Uma nova unidade do projeto foi implantada na Colônia Penal de Simões, no município de Simões Filho, para 40 (quarenta) internos. O PROJETO FENIX de Simões Filho tem um cunho sócio integrativo, capacitação e ATER, através da piscicultura na Colônia Penal de Simões Filho.

QUADRO 6 – Demonstrativo da execução orçamentária, financeira e física das ações orçamentárias prioritárias/compromisso/programa e das ações orçamentárias não prioritárias consideradas relevantes pela UJ

[illegible]

ação											
Iniciativa(s): Insira aqui a(s) iniciativa(s) relacionada(s) à ação acima descrita.											
Política Pública correlacionada à Iniciativa: Insira aqui a política pública relacionada à iniciativa acima descrita											
Insira aqui a ação seguinte											
Iniciativa(s): Insira aqui a(s) iniciativa(s) relacionada(s) à ação acima descrita.											
Política Pública correlacionada à Iniciativa: Insira aqui a política pública relacionada à iniciativa acima descrita											
Compromisso											
Descrição do compromisso											
Unidade Setorial de Planejamento(USP)											
Descrição da USP											
Execução Física							Execução Orçamentária e Financeira				
Ação ⁽¹⁾ (Código e descrição)	Produto	Unidade de medida	Previsto Inicial	Previsto Atual	Em Execução	Concluído	Orçado inicial (R\$)	Orçado atual (R\$)	Empenhado (R\$)	Liquidado (R\$)	Pago (R\$)
Insira aqui a 1ª ação											
Iniciativa(s): Insira aqui a(s) iniciativa(s) relacionada(s) à ação acima descrita.											
Política Pública correlacionada à Iniciativa: Insira aqui a política pública relacionada à iniciativa acima descrita											
Insira aqui a ação seguinte											
Iniciativa(s): Insira aqui a(s) iniciativa(s) relacionada(s) à ação acima descrita.											
Política Pública correlacionada à Iniciativa: Insira aqui a política pública relacionada à iniciativa acima descrita											
Unidade Setorial de Planejamento (USP)											
Descrição da USP											
Execução Física							Execução Orçamentária e Financeira				
Ação ⁽¹⁾ (Código e descrição)	Produto	Unidade de medida	Previsto Inicial	Previsto Atual	Em Execução	Concluído	Orçado inicial (R\$)	Orçado atual (R\$)	Empenhado (R\$)	Liquidado (R\$)	Pago (R\$)
Insira aqui a 1ª ação											
Iniciativa(s): Insira aqui a(s) iniciativa(s) relacionada(s) à ação acima descrita.											
Política Pública correlacionada à Iniciativa: Insira aqui a política pública relacionada à iniciativa acima descrita											
Insira aqui a											

<i>ação seguinte</i>										
Iniciativa(s): <i>Insira aqui a(s) iniciativa(s) relacionada(s) à ação acima descrita.</i>										
Política Pública correlacionada à Iniciativa: <i>Insira aqui a política pública relacionada à iniciativa acima descrita</i>										

Fonte: Fiplan, menu Relatórios – Planejamento – Relatório de Monitoramento e Avaliação – Acompanhamento 2024-2027 – M&A 011.

AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NÃO PRIORITÁRIAS CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UJ											
Unidade Orçamentária (UO)											
10501 – Bahia Pesca											
Programa											
417 - Campo Sustentável: Cultivando a Vida e o Futuro											
Compromisso											
Promover ações de inclusão produtiva para produtores de médio e pequeno porte											
Unidade Setorial de Planejamento(USP)											
Gerência de Assistência Técnica											
Execução Física							Execução Orçamentária e Financeira				
Ação ⁽¹⁾ (Código e descrição)	Produto	Unidade de medida	Previsto Inicial	Previsto Atual	Em Execução	Concluído	Orçado inicial (R\$)	Orçado atual (R\$)	Empenhado (R\$)	Liquidado (R\$)	Pago (R\$)
6608 Assistência Técnica a Aquicultor e Pescador	Assistência técnica prestada	un	750	894	-	894	1.796.000	2.021.282	1.932.325,14	1.896.457,1	1.896.457,1
Iniciativa(s): Ampliar as ações de assistência técnica e extensão rural voltadas às cadeias aquícolas e pesqueiras.											
Política Pública correlacionada à Iniciativa: Desenvolvimento Rural											
<i>Insira aqui a ação seguinte</i>											
Iniciativa(s): Ampliar as ações de assistência técnica e extensão rural voltadas às cadeias aquícolas e pesqueiras.											
Política Pública correlacionada à Iniciativa: Desenvolvimento Rural											
Unidade Setorial de Planejamento(USP)											
Assessoria Técnica											
Execução Física							Execução Orçamentária e Financeira				
Ação ⁽¹⁾	Produto	Unidade	Previsto	Previsto	Em Execução	Concluído	Orçado	Orçado	Empenhado	Liquidado	Pago

(Código e descrição)		de medida	Inicial	Atual		o	inicial (R\$)	atual (R\$)	(R\$)	(R\$)	(R\$)
3157 Capacitação de Trabalhador da Pesca/Piscicultura	Evento de capacitação realizado	Un	8	10	0	10	300.000	300.000	272.000	272.000	272.000

Fonte: Fiplan, menu Relatórios – Planejamento – Relatório de Monitoramento e Avaliação – Acompanhamento 2024-2027 – M&A 011.

TABELA 1 – Descentralizações Concedidas

Unidade de Origem	Unidade Destino	Programa	PAOE	Valor Descen- tralizado
10501	09101 - Assessoria de Planejamento e Gestão – SAEB	502	2000	R\$ 160.233,76
10501	09101 - Assessoria de Planejamento e Gestão – SAEB	417	6608	R\$ 278.143,45
10501	32101 - Assessoria de Planejamento e Gestão – SETUR	417	3146	R\$ 30.000,00
TOTAL				R\$ 468.377,21

2.1.1.4 Realização da Receita

No exercício de 2024, a receita de recursos próprios (Fonte 213) apresentou um desempenho inferior ao previsto inicialmente.

A **meta de arrecadação de Recursos Diretamente Arrecadados por Entidades da Administração Indireta** é proveniente da **Receita da Produção Animal e Derivados e da exploração da atividade comercial de produção e comercialização de gelo nos Terminais Pesqueiros Públicos de Salvador e Ilhéus. Foi estabelecido para o ano a arrecadação de R\$ 997.000,00**, sendo que o valor **efetivamente arrecadado até o momento foi de R\$281.395,86**, o que corresponde a aproximadamente 28% da previsão anual.

O resultado aquém do esperado pode ser atribuído a uma combinação de fatores, entre eles:

- **Oscilações climáticas** que impactaram negativamente a produção aquícola, especialmente nas fases iniciais do cultivo.
- **Problemas operacionais** relacionados à capacidade de reprodução e larvicultura nas unidades produtoras.
- **Limitações de mercado**, como redução na demanda regional ou restrições logísticas que dificultaram a comercialização em escala ampliada.

Embora a arrecadação esteja abaixo do previsto, **não compromete diretamente o alcance dos compromissos estruturantes do programa**, mas exige atenção da gestão para **ajustes nas estratégias de produção e comercialização**, além de revisão de metas futuras se o cenário persistir.

Medidas corretivas já estão sendo consideradas, como:

- Reforço na infraestrutura de produção de alevinos e camarão.
- Ampliação de canais de comercialização.
- Parcerias com cooperativas e programas de compras públicas.

Além disso, houve uma frustração da receita decorrente da suspensão de um dos contratos de exploração da atividade, motivada por problemas relacionados à obtenção da licença de funcionamento. Tal situação impactou diretamente a arrecadação esperada.

A continuidade do monitoramento será essencial para reverter o quadro nos próximos trimestres e restabelecer a trajetória de arrecadação alinhada com o planejamento plurianual.

TABELA 2 – Realização da receita

Fonte		R\$1,00		
Código	Descrição	Prevista	Atual	Realizada
100	Recurso ordinário não vinculado do tesouro	24.505.000,0	28.283.879,00	27.527.238,36
213	Recursos Diretamente	997.000	997.000	281.395,86

	Arrecadados por Entidades da Administração Indireta			
128	Recursos do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza	1.300.000	1.694.600	1.623.132,38
300	Recursos Ordinários não Vinculados do Tesouro - exerc ant	0	394.716	298.121,27
613	Recursos Diretamente Arrecadados por Entidades da Administração Indireta - exerc ant	0	94.323	94.198,16
366	Transferência Especial da União-Emenda Impositiva- EC Fed 105/19 art 166A, inc I - Adm Dir- exerc ant	0	2.176.744,50	1.786.133,95
Total		26.802.000	33.641.262,5	31.610.219,98

Fonte: Plan 42, Plan 60

3 ÁREA ADMINISTRATIVA

3.1 Procedimentos formais da UJ

A COPEL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO é o setor responsável pelos procedimentos licitatórios realizados no âmbito da Bahia Pesca S/A. Por tratar-se de empresa estatal, e estar regida pela Lei 13.303/16, se aplica o Pregão como regra, além do Procedimento Licitatório Presencial, nos termos do RILC da Bahia Pesca S/A. Não se aplicam as demais modalidades.

Em tempo, informamos que no campus “Outros” houve 3 Procedimentos Licitatórios Presenciais (PLP). Houve, ainda, 10 Pregões Eletrônicos, todos os 13 (treze) foram iniciados e concluídos no exercício de 2024.

TABELA 3 – Licitações, dispensas e inexigibilidades

R\$1,00

Descrição	Quantidade				Valor das concluídas
	Iniciadas (1)	Em andamento (2)	Concluídas (3)	Total	
Modalidade de licitação					
Convite	00	00	00	00	00
Tomada de preços	00	00	00	00	00
Concorrência	00	00	00	00	00
Pregão Presencial	00	00	00	00	00
Pregão Eletrônico	10	00	10	10	R\$ 1.920.713,32
Concurso	00	00	00	00	00
Consulta	00	00	00	00	00
Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC)	00	00	00	00	00
Outros ⁽⁴⁾	03	00	03	03	R\$ 2.221.760,79
Subtotal	13	00	13	13	R\$ 4.142.474,11
Contratação direta					
Dispensa	144	00	144	144	R\$ 3.282.074,02
Inexigibilidade	07	04	03	07	R\$ 1.765.796,66
Outros ⁽⁵⁾					
Subtotal	151	04	147	151	R\$ 5.047.870,68
Total	164	04	160	164	R\$ 9.190.344,79

Fonte: Assessoria Jurídica, Diretoria Financeira e Coordenação de Licitação

TABELA 4 – Contratos firmados no exercício

Descrição	Quantidade	Valor (R\$)	
		Contratado atualizado	Desembolsado ⁽¹⁾
Contratos	21	1.251.315,08	3.090.801,29

Fonte: Coordenação de Contratos e Convênios - CONVE

TABELA 5 – Contratos de gestão firmados no exercício

Descrição	Quantidade	Valor (R\$)	
		Contratado atualizado	Desembolsado ⁽¹⁾
Contratos de gestão	00	00	00

Fonte: Coordenação de Contratos e Convênios - CONVE

TABELA 6 – Contratos vigentes firmados em exercícios anteriores

Descrição	Quantidade	Valor contratado atualizado ⁽¹⁾ (R\$)	Desembolso ⁽²⁾ (R\$)	
			No exercício	Acumulado
Contratos	34	34.068.629,75	11.082.543,08	22.986.086,67

Fonte: Coordenação de Contratos e Convênios - CONVE

TABELA 7 – Contratos de gestão vigentes firmados em exercícios anteriores

Descrição	Quantidade	Valor contratado atualizado ⁽¹⁾ (R\$)	Desembolso ⁽²⁾ (R\$)	
			No exercício	Acumulado
Contratos de gestão	00	00	00	00

Fonte: Coordenação de Contratos e Convênios - CONVE

QUADRO 7 – Tomadas de contas de contratos de gestão

Descrição	Quantidade
Iniciadas ⁽¹⁾	0
Em andamento ⁽²⁾	0
Concluídas ⁽³⁾	0

Fonte: Coordenação de Controle Interno – COCI

TABELA 8 – Convênios de captação

Descrição	Quantidade			Valor total conveniado o atualizado (R\$) ⁽⁴⁾	Recebimento (R\$)	
	Iniciados ⁽¹⁾	Em andamento ⁽²⁾	Encerrados ⁽³⁾		No exercício	Acumulado
Convênios	00	00	00	00	00	00
Outros Ajustes ⁽⁵⁾	00	00	00	00	00	00

Total	00	00	00	00	00	00
--------------	----	----	----	----	----	----

Fonte: Coordenação de Contratos e Convênios - CONVE

TABELA 9 – Convênios de repasse

Descrição	Quantidade			Valor total conveniado atualizado (R\$) (4)	Desembolso ⁽⁵⁾ (R\$)	
	Iniciados (1)	Em andamento (2)	Encerrados (3)		No exercício	Acumula do
Convênios	02	02	00	2.476.569,51	0	
Outros Ajustes ⁽⁶⁾	00	00	00	0	0	
Total	02	02	00	2.476.569,51	0	

Fonte: Coordenação de Contratos e Convênios - CONVE

QUADRO 8 – Tomadas de contas de convênios de repasse

Descrição	Quantidade
Iniciadas ⁽¹⁾	00
Em andamento ⁽²⁾	00
Concluídas ⁽³⁾	
Convênio nº 52/2007, SIAFI 600785 – MAPA Ofício Nº 171/2022/CTV-CGAF/CGAF-SAP/SAP/MAPA, e ao Parecer Nº 146/2022/CTV-CGAF/CGAF-SAP/SAP/MAPA Não aprovação da prestação de contas do Convênio. (Apoio ao Desenvolvimento da Cadeia Produtiva da Pesca de Atuns e Afins no Estado da Bahia). Convênio nº 90/2004, SIAFI 517564 – MAPA Ofício MPA Nº 35/2024/CPTCE – MPA/MPA Não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados pela União. Projeto de Implantação de Módulos de Capacitação no Cultivo de Tilápias em Tanques – Rede no Reservatório de Sobradinho/Ba. Convênio nº 722026/2009 - MAPA Ofício MPA Nº 25/2024/CPTCE – MPA/MPA Não execução de forma regular do objeto pactuado. Implantação do Terminal Pesqueiro Público de Salvador/Ba.	
	03

Fonte: Ofícios encaminhados pelo Ministério da Pesca e Aquicultura em 2024 e COCI

TABELA 10 – Acordos de cooperação, termos de fomento e termos de colaboração

Descrição	Quantidade			Valor total atualizado (R\$) (4)	Desembolso ⁽⁵⁾ (R\$)	
	Iniciados (1)	Em andamento (2)	Encerrados (3)		No exercício	Acumulado
Acordos de Cooperação	01	01	0	88.616,00		
Termos de Fomento	0					
Termos de Colaboração	5	5	0	2.853.442,00	3.166.042,00	
Total						

Fonte: Coordenação de Contratos e Convênios - CONVE

QUADRO 09 – Tomadas de contas de acordos de cooperação, termos de fomento e termos de colaboração

Tomadas de contas de acordos de cooperação	
Descrição	Quantidade
Iniciadas ⁽¹⁾	00
Em andamento ⁽²⁾	00
Concluídas ⁽³⁾	00
Tomadas de contas de termos de fomento	
Descrição	Quantidade
Iniciadas ⁽¹⁾	00
Em andamento ⁽²⁾	00
Concluídas ⁽³⁾	00
Tomadas de contas de termos de colaboração	
Descrição	Quantidade
Iniciadas ⁽¹⁾	00
Em andamento ⁽²⁾	00
Concluídas ⁽³⁾	00

Fonte: Coordenação de Controle Interno - COCI

QUADRO 10 – Sindicâncias e processos administrativos disciplinares

Descrição	Quantidade		
	Iniciados (1)	Em andamento (2)	Concluídos (3)
SINDICÂNCIAS: 1. APURAÇÃO DE EVENTUAL VIOLAÇÃO DA EMPRESA LEX SOLUÇÕES INTEGRADAS LTDA, Contrato N° 15/2023 (não entrega dos materiais e e-mails de cobrança não atendidos); 2. APURAR SUPOSTO ACÚMULO DE CARGOS DE SERVIDORA; 3. REFORMA DO MERCADO PEIXE DE VALENÇA (apuração de eventual violação contratual da empresa Liam Diniz Construções Ltda, decorrente da relação jurídica estabelecida no Contrato N° 02/2024); 4. FURTOS OCORRIDOS NO TERMINAL PESQUEIRO DE XIQUE-XIQUE (apurar as possíveis falhas na segurança e irregularidades acerca do furto de materiais); 5. SUPOSTA FRAUDE DE DECLARAÇÃO DE ABERTURA DE CONTA COM FALSIFICAÇÃO DE ASSINATURA E CARIMBO DO FUNCIONÁRIO TARCISIO SANT'ANA; 6. APURAÇÃO DE EVENTUAL VIOLAÇÃO CONTRATUAL DA EMPRESA NORTE ICE COMÉRCIO DE GELO LTDA ; 7. APURAR POSSÍVEIS FALHAS E IRREGULARIDADES ACERCA DO FURTO DE MEDIDOR DE OXIGÊNIO E BOMBA SUBMERSA NA ESTAÇÃO DE PISCICULTURA DO ITAPICURU, LOCALIZADA EM CIPÓ; 8. FURTO DE CAMARÃO EM VIVEIRO DA FAZENDA ORUABO; 9. DESAPARECIMENTO DE BENS DESCRITOS NO RELATÓRIO DE INVENTÁRIO DA COMISSÃO 2021;	03	14	0

10. AR SERVIÇOS E COMÉRCIO EIRELI (aquisição de ração extrusada e farelada para peixes e camarão marinho - descumprimento de cláusulas contratuais);			
11. VSS INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA (apurar as possíveis irregularidades referentes aos atos e fatos que constam no Relatório da AGE nº 07/2020 acerca do Contrato nº 20/2014);			
12. ALTA TENSÃO SERVIÇOS E MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA (apurar as responsabilidades pelo não cumprimento do objeto contratual);			
13. RECLAMAÇÃO TRABALHISTA (apurar responsabilidades acerca da condenação e da forma como tramitou);			
14. REALIZA TRANSPORTES E LOCAÇÃO DE VEÍCULOS (prestação do serviço de locação de veículos, sem cobertura contratual, tendo sido paga por indenização, através da formalização de Termos de Reconhecimento de Débito);			
15. BRM SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO LTDA (prestação dos seus serviços de suporte administrativo e operacional de prédios públicos, posto de porteiro, sem cobertura contratual, tendo sido paga por indenização, através da formalização de Termos de Reconhecimento de Débito);			
16. PAULO AFONSO E CAIÇARA II (desaparecimento de 57 (cinquenta e sete) itens na relação dos bens sob a responsabilidade destas unidades);			
17. TAXA DE FISCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA FAZENDA ORUABO (pagamento das taxas nos anos 2017 e 2018 através de Termo de Débito);			
Processos administrativos disciplinares	----	----	----

Fonte: Coordenação de Controle Interno – COCI

3.2 Área patrimonial

TABELA 11 – Movimentação dos bens de consumo e permanentes

R\$1,00

Descrição	Saldo inicial	Entradas	Saídas	Saldo final
Bens de consumo	12.852,57	271.606,13	212.713,20	71.745,50
Bens permanentes	2.251.593,75	168.188,07	32.174,10	2.387.607,72
Total	2.264.446,32	439.794,20	244.887,30	2.459.353,22

Fonte: SIAP e SIMPAS–Coordenação Técnica de Serviços Administrativos - COTESA

TABELA 12 – Movimentação quantitativa do patrimônio imobiliário

Tipo de imóvel	Quantidade inicial	Incorporações	Baixas	Alienações	Doações	Cessões	Quantidade final
Terreno	7.000,00	00	00	00	00	00	7.000,00
Fazenda	619.806,77	00	00	00	00	00	619.806,77
Edificação	00	00	00	00	00	00	00
Barragem	00	00	00	00	00	00	00
Adutora	00	00	00	00	00	00	00
Total	626.806,77	00	00	00	00	00	626.806,77

Fonte: COTESA

QUADRO 11 – Resumo do Relatório da Comissão de Inventário de bens de consumo

Situação identificada ⁽¹⁾	Quantidade	Recomendações para correção das irregularidades apontadas
Não foram encontradas irregularidades pela Comissão de Inventário		

Fonte: Coordenação Técnica de Serviços Administrativos - COTESA

QUADRO 12 – Resumo do Relatório da Comissão de Inventário de bens permanentes

Situação identificada ⁽¹⁾	Quantidade	Recomendações para correção das irregularidades apontadas
Ver Relatório a seguir		



À DIRAF

A Comissão designada pela Portaria DIPRE 07/2024, para atender a Instrução Normativa 019/2024 de 23/11/2024-SAEB, encaminha para avaliação e providências cabíveis o Relatório de Inventário dos Bens Móveis 2024 da Sede e Unidades do Interior.

As divergências e irregularidades encontradas por esta Comissão estão sendo apuradas por Comissão de Sindicância no processo 032.1840.2022.0004939-42, onde entendemos e recomendamos que o Setor de Patrimônio juntamente com o responsável de cada Setor ou Unidade atualize a situação física de cada bem e que seja concluído o processo acima citado, como já solicitado no Relatório de Inventário dos Bens Móveis, referente ao exercício de 2024.

É o parecer!

Salvador, 23 de janeiro de 2025.

A Comissão


Luzia de Almeida e Almeida – Presidente da Comissão


Eneias dos Santos Couto – Membro da Comissão


Maison Eça Ferreira - Membro da Comissão

4 ÁREA DE PESSOAL

4.1 Análise da gestão de pessoal

TABELA 13 – Lotação Numérica prevista em Normativo

Natureza da vinculação	Quantidade prevista em Normativo* para a UJ
Estatutários	2
Celetistas	15
Comissionados	83

Fonte: Gerência Administrativa e de Gestão de Pessoas – GEAPE

TABELA 14 – Pessoal por natureza da vinculação

Natureza da vinculação	Quantidade em 31/12	
	2023	2024
Servidores da UJ/Empregados da UJ efetivos		
Estatutários	2	2
Celetistas	15	15
À disposição de outros órgãos	1	1
Subtotal	18	18
Outros		
REDA	0	0
Prestação de Serviço Temporário (PST)	0	0
De outros órgãos à disposição da UJ	4	4
Subtotal	4	4
Total	22	22

Fonte: Gerência Administrativa e de Gestão de Pessoas –GEAPE

TABELA 15 – Cargos comissionados

Descrição	Quantidade em 31/12	
	2023	2024
Com vínculo	1	1
Sem vínculo	82	82
Total	83	83

Fonte: Gerência Administrativa e de Gestão de Pessoas –GEAPE

TABELA 16-A – Evolução da despesa de pessoal sem encargos sociais

Descrição	Total da despesa empenhada (R\$)		% de variação
	2023	2024	
Servidores			
REDA			
Total			

Fonte:

TABELA 16-B – Evolução da despesa de pessoal sem encargos sociais

Evolução da despesa de pessoal sem encargos sociais que houve aumento com relação às despesas de pessoal da Bahia Pesca, bem como para os administradores e conselheiros, em outubro/2024.

Posto isto, quanto aos controles utilizados para coibir a acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos, o estado possui o sistema RHBAHIA, onde todos os servidores estão cadastrados em uma base única, interrompendo, automaticamente, caso surja servidor com acumulação em todo o Estado da Bahia. Entretanto, esse sistema ainda não possui um cadastro único com Municípios e Governo Federal para validar as informações com outras esferas.

Outrossim, informamos que a partir do ano-base 2019, as empresas que fazem parte do grupo de obrigadas ao envio de eventos periódicos (folha de pagamento) no e-Social tiveram a obrigação de declaração da RAIS substituída pelo sistema e-Social, conforme Portaria 31 SEPRT Nº 1.127/2019.

Descrição	Total da despesa (R\$)		% de variação
	2023	2024	
Empregados	6.966.032,72	7.309.137,23	
Diretores	868.706,29	1.010.405,34	
Membros do Conselho de Administração	379.300,00	394.227,56	
Membros do Conselho Fiscal	116.840,00	137.591,80	
Total	8.330.879,01	8.851.361,93	

Fonte: Coordenação de Contabilidade - COTEC

TABELA 17 – Detalhamento da remuneração dos diretores

Descrição	Total (R\$)	
Remuneração dos diretores	2023	2024
I – Remuneração fixa (a+b+c+d)		
a) salário ou pró-labore	868.706,29	1.010.405,34

b) benefícios diretos e indiretos		
c) remuneração por participação em comitês		
d) outros		
II – Remuneração variável (e+f+g+h+i)		
e) bônus		
f) participação nos resultados		
g) remuneração por participação em reuniões	58.560,00	61.194,65
h) comissões		
i) outros		
III – Total da remuneração (I + II)	927.266,29	1.071.599,99

QUADRO 13 – Movimentação de pessoal no exercício

Descrição	Quantidade
Admissões	
Efetivo	0
Cargo comissionado	9
REDA	0
Exoneração/Desligamento	
Efetivo	0
Cargo comissionado	9
REDA	0
Disponibilização	
De outros órgãos	0
Para outros órgãos	0
Aposentadoria	

Fonte: GEAPE

5 CONTROLE INTERNO

O controle interno tem o papel de resguardar a entidade pública por meio de orientações preventivas nas áreas contábil, financeira, econômica, patrimonial e administrativa; sempre com vistas a atender os princípios norteadores da Administração Pública, preservando recursos e protegendo os bens patrimoniais. Observa-se que, à medida que o controle é intensificado, há uma ação mais preventiva, dificultando o cometimento de falhas durante o processamento das compras, dos pagamentos e das finanças da instituição. O Controle Interno busca mitigar eventuais erros, falhas ou inconformidades durante a realização das atividades institucionais, utilizando para tanto, técnicas operacionais, orientação, monitoramento e implantação de controles.

Tem como responsabilidade a avaliação de riscos, adotando ações para o gerenciamento dos riscos identificados, como também flexibilização no monitoramento de controle processual dos setores.

A visão do Controle Interno da Bahia Pesca tem como instrumento mostrar a transparência das contas administrativas e financeiras. Sendo assim, vem agindo na qualidade de órgão fiscalizador de execução orçamentária e dos resultados das políticas, como também busca com que as diretrizes desta empresa de economia mista sejam visualizadas com transparência na fiscalização dos Órgãos de Controles: TCE, AGE e TCU.

Gerenciamento e fatores de risco

Nossa Política de Gestão de Riscos tem como princípio fundamental o respeito à vida, a atuação ética em conformidade com requisitos legais e regulatórios, bem como o pleno alinhamento e coerência com o plano estratégico, a gestão integrada de riscos e a orientação de ações e respostas a riscos voltados à preservação do meio ambiente, definindo as responsabilidades e os princípios que norteiam as ações de gerenciamento.

As categorias de riscos e as principais ações de mitigação associadas a cada uma delas são detalhadas a seguir:

- **Riscos Operacionais:** É possível trabalhar sem acidentes, uma vez que é dever de todos cuidar da segurança operacional da Empresa, quanto ao manejo adequado dos meios naturais e das tecnologias implantadas na atuação operacional.
- **Riscos Estratégicos e Riscos de Negócios:** Os riscos são considerados em todas as decisões estratégicas e a gestão é sempre realizada de maneira integrada, alinhada e coerente com o Plano Estratégico.
- **Riscos de Conformidade:** Em especial os riscos de conformidade, fraude, corrupção, lavagem de dinheiro e confiabilidade dos relatórios financeiros são mitigados através do sistema de controles internos da Auditoria Independente

• **Riscos Financeiros:** A Empresa possui grande dependência financeira do Governo do Estado, seu principal acionista e também controlador. Este fator propicia muitas vezes a frustração do planejamento, considerando o contingenciamento de recursos com forte reflexo no setor público.

Os fatores de riscos são apresentados, a seguir, de forma resumida:

• **Fatores de riscos relacionados às operações:** Em caso de necessidade de suprimentos de peças, componentes e/ou serviços, contamos com as empresas terceirizadas e os prestadores de serviços. Exposição a riscos de saúde, meio ambiente e segurança, inerentes às operações da Empresa, e que são previstos e tratados no Planejamento estratégico.

• **Fatores de riscos relacionados à estratégia:** As parcerias existentes podem não obter o desempenho esperado, impactando negativamente os nossos resultados.

QUADRO 14 – Trabalhos de auditoria realizados no exercício pelo controle interno da UJ

Setor abrangido	Natureza da auditoria/inspeção
CONTRATOS POR PREGÃO ELETRÔNICO Contrato N° 10/2020 - JCWS Serviços de Limpeza e Mão de Obra	Análise de contrato de suporte à administração e operacionalização de prédios públicos.
CONTRATOS POR PREGÃO ELETRÔNICO Contrato N° 21/2023 – Creta Comércio e Serviço Ltda	Inspeção interna realizada para acompanhamento das especificações do Termo de Referência.
CONVÊNIO MUNICIPAL Convênio N° 02/2021 Análise do fornecimento de alevinos para estruturação da cadeia produtiva da Estação de piscicultura em Jequié (2024-2026).	Monitorar e acompanhar a eficiência do fornecimento de alevinos, e identificar o quantitativo eficaz para estruturar a cadeia produtiva.
CONVÊNIO MUNICIPAL Convênio N° 01/2021 Análise da estruturação da cadeia produtiva da piscicultura entre a Bahia Pesca e a Prefeitura de Cipó (21/11/2021 a 21/11/2026)	Monitorar e acompanhar a eficiência do fornecimento de alevinos, e identificar o quantitativo eficaz para estruturar a cadeia produtiva.

Fonte: Plano anual de Atividades do Controle Interno 2024

6 CONTROLE EXTERNO

QUADRO 15 – Determinações/recomendações do TCE/BA

Determinações / recomendações	Ações adotadas	Justificativa
Processo TCE n.º		
TCE/012963/2022 a. Por unanimidade, pela junta da presente Auditoria ao Processo de Prestação de Contas da Bahia Pesca S/A, correspondente ao exercício de 2022 (TCE/0038941/2023), pugnando para que este tribunal acompanhe as medidas adotadas para corrigir as irregularidades destacadas no relatório de auditoria;	Foi encaminhado o Relatório de Gestão – Prestação de Contas – Exercício 2022.	
b. Por voto de desempate do Exmo. Sr. Conselheiro Presidente Marcus Presídio, pela expedição de determinação à atual gestão da Bahia Pesca S/A para que: b.1) fiscalize e exija dos dirigentes das entidades parceiras a publicação das informações com o	A Bahia Pesca S/A reforçou a fiscalização do cumprimento da obrigação das publicações.	

conteúdo e forma previstos no art. 11 da Lei Federal 13.019/2014;		
b.2) crie uma rotina de alimentação do seu portal na Internet com as informações exigidas pela Lei federal nº 13.019/2014, de modo a promover a transparência dos dados relativos às parcerias realizadas, principalmente em relação ao disposto no art. 11 da referida lei; b.3) em futuras formalizações de parcerias, cumpra as determinações legais, especialmente no que diz respeito à escolha da modalidade de parceria que se adeque ao caso específico, dando cumprimento no disposto na Lei nº 13.019/2014;	A Bahia Pesca S/A acatou o apontamento e criou uma rotina junto aos setores Comissão Permanente de Licitação (COPEL) e Coordenação de Convênios (CONVE) para divulgação de Termos de Colaboração, Termos de Cooperação e Convênios. E as formalizações de parcerias são cumpridas de acordo com as determinações legais, especialmente no que diz respeito a escolha da modalidade de parceria que se adeque ao caso específico	
b.4) institua um instrumento formal de controle visando conferir ao plano de trabalho os elementos e trâmites exigidos na Lei nº 13.019/2014, bem como o art. 8º, I, da Resolução nº 107/2018;	A Bahia Pesca, acatou o apontamento indicado, e através da Coordenação de Controle Interno, reforçou a fiscalização do cumprimento da Lei nº 13.019/2014, bem como o art. 8º, I, da Resolução nº 107/2018;	
b.5) instrua os processos de Dispensa nos moldes estabelecidos na Nova Lei de Licitações e Contratos da Bahia Pesca;	A Bahia Pesca S/A reforçou a fiscalização do cumprimento da Nova Lei de Licitações e Contratos.	
b.6) adote as medidas necessárias ao cumprimento das	A Carta de Serviços ao Usuário está disponibilizada na Aba: Transparência/ Carta de Serviços ao Usuário da Bahia Pesca S/A.	

disposições da Lei Federal nº 13.460/2017 e do Decreto Estadual nº 18.490/2018, com a efetiva implementação da Carta de Serviços ao Cidadão da empresa, restando vencidos o Exmo. Sr. Conselheiro Inaldo Araújo e o Exmo. Sr. Conselheiro João Bonfim, que votaram pela expedição de recomendação em vez de determinações;		
Processo TCE n.º		
TCE/012932/2024 TCE solicitou a Prestação de Contas do Convenio nº 001/2021 FIPLAN: 2130100012200004135, conforme previsto nos arts. 19, § 1º, I, II, e III, 20, e 21 da Resolução Normativa nº 011/2024	A prestação de contas referente ao Termo de Colaboração Nº 01/2021 celebrado com a Cooperativa de Trabalho e Serviço CTS - refere-se ao Convênio celebrado entre o Ministério da Pesca e a Bahia Pesca, Nº 043/2020 nº Instrumento 902054/2020, cuja prestação de contas foi inserida no transfere.gov com acesso público, através do número do instrumento do convênio. A prestação de contas foi analisada e aprovada pelo Ministério da Pesca,	
Processo TCE n.º		
TCE/005103/2024 Identificação de instrumento com risco de execução irregular (Nº do Instrumento: 0001/2023 - CTS Cooperativa de Trabalho)	A Bahia Pesca apresentou Nota Técnica detalhando as medidas adotadas para aprimorar o controle dos processos relativos à execução do Termo de Colaboração firmado com a Cooperativa de Trabalho e Serviços (CTS), visando minimizar possíveis riscos.	

Fonte: Coordenação de Controle Interno – COCI

QUADRO 16 – Recomendações dos demais órgãos de controle

Identificação do Relatório ⁽¹⁾	Recomendações	Ações adotadas	Justificativa
Trabalhos realizados pela Auditoria Geral do Estado (AGE)			
	Não houve solicitação		
Trabalhos realizados pela Controladoria Geral da União (CGU)			
	Não houve solicitação		
Trabalhos realizados pelo Tribunal de Contas da União (TCU)			
	Não houve solicitação		
Outros trabalhos de auditoria (Aplicável para Autarquias e Fundações Públicas)			
	Não houve solicitação		
Trabalhos realizados por auditores privados (aplicável para Estatais Dependentes)			
Foi contratada para serviços de prestação do serviço de Auditoria Independente , referente ao exercício social de 2024 a Empresa “Metrópoles Auditores e Associados”.			

Fonte: RAA 2023 Relatório Anual de Atividades 2024 – Controle Interno

Salvador, 29 de abril de 2025